



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

DANDARA: MULHER TRAVESTI, UM ANO AUSENTE!

Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior*;

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, sarayork@live.com.pt

Resumo: Esta vivência busca refletir sobre assassinato da mulher travesti Dandara ocorrido em fevereiro de 2017. Como Dandara, sofro inexoravelmente todas as formas de violências simbólicas e físicas pela simples razão de me identificar (sentir, demonstrar e/ou expressar) como mulher travesti. Ao me colocar, como travesti e residente em uma região com um viés cristão fundamentalista. Um corpo dissidente como o meu que procura romper com a condição de alguém que não aceita mais se calar, procurando deixar o lugar subalterno para me constituir como pessoa pensante e crítica das minhas ações, por si já é um ato político. Palavras-chave: Transvestigenero., Travesti na/da educação., Cotidiano trans., Vidas trans., Dandara.

Este texto tem como objetivo refletir sobre o assassinato da mulher travesti¹ Dandara, ocorrido em fevereiro de 2017. Construir os argumentos que compõem este texto tornou-se uma tarefa árdua e muito dolorosa, particularmente para mim na condição de uma mulher trans, mas necessária. Como Dandara, sofro inexoravelmente todas as formas de violência simbólica e física pela simples razão ter uma identidade de mulher travesti. Ao me colocar, como travesti, utilizo dos meus recursos identitários como mulher, pai, avó, ex-moradora de rua, latina, professora de inglês, instrutora de teatro, pedagoga, mestrande e residente em uma região com um

viés cristão fundamentalista², talvez autorizada, como pontua Pocahy:

A universidade constitui-se, portanto, arena onde se forjam elementos / verdades que informam e (re)produzem hierarquias, desigualdades, injustiças, exclusão e sofrimento de forma contundente quando, especificamente, atrelados às dimensões gênero-sexuais e racializadas da constituição do conhecimento que forja posições de sujeito. (Pocahy, 2017)

No mundo contemporâneo [...] ser transgênero corresponde a representar uma identidade política, pautada pela desconstrução da crença em papéis de gênero considerados naturais,

¹ Mulher travesti tem sido a forma mais comumente usada para referenciar mulheres nascidas com sexo biológico discordante de sua expressão de gênero e identidades.

² Atualmente, temos menos de dez pessoas transexuais com titulação de Doutorado e apenas uma em estágio de Pós-doutoramento.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

construídos biologicamente; e pela visibilização de identidades particulares historicamente estigmatizadas, tornadas invisíveis em determinados espaços sociais considerados normais. Um corpo dissidente como o meu, que procura romper com a condição de alguém que não aceita mais se calar, procurando deixar o lugar subalterno para me constituir como pessoa pensante e crítica das minhas ações, por si já é um ato político. Talvez seja por isso que tenho tanta dificuldade de construir este texto, depois de falar do meu lugar por tanto tempo sem ser escutada. E pensar que meu lugar de enunciação foi sempre dominado por outros que nos classificaram como anormais, nos assujeitaram como alguém inferior, nos humilharam, nos transformaram em apenas um corpo a ser estudado ou simplesmente nos mataram. Os oprimidos podem e devem falar por si mesmos. Eu, como mulher travesti, não permito que meu discurso seja invalidado ou menor. Sou uma pesquisadora do asfalto, da luta de viver a cada dia com a possibilidade de uma morte eminente. Nesse sentido, eu assumo como meu o papel de intelectual, nos moldes de Foucault (2005, p.71):

O papel do intelectual não é mais o de se colocar 'um pouco na frente ou um pouco de lado' para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo

tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da 'verdade', da 'consciência', do discurso. [...] Luta não para uma 'tomada de consciência' (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia) [...]

Nesses burburinhos de pensamentos, vejo o calendário: 5 de abril de 2018, julgamento da morte de Dandara. Bate-me uma dor porque nunca tive coragem de assistir ao vídeo em que os assassinos filmaram friamente as séries de agressões que a levaram a óbito. Escutei, chocada, as narrativas de barbaridade e atrocidades nele contidas. No vídeo, Dandara está sentada no chão com a blusa ensanguentada, de frente para um carrinho de mão; um jovem de boné e cinco homens se revessam em quinze pancadas, são três pontapés, três arremetidas de tábua no corpo magro e frágil, um chute na cabeça e um no ombro; o áudio é acompanhado com palavras de açoite e pedidos dela. Já quase sem voz, solicita clemência dos seus algozes. Vemos, logo em seguida, cinco homens ou talvez sete, dois maiores e cinco menores que acusam, batem e por fim assassinam Dandara, sem nenhuma chance de defesa. O homicídio acontece uma hora depois e a causa é uso de arma de fogo. Esse poderia ser apenas mais um crime, como tantos outros, mas tal barbárie acontece em via pública e é divulgada nas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

redes sociais. Por alguns minutos, em silêncio, me imagino, mulher travesti, no chão clamando por piedade que nunca viria a ocorrer. O olhar dos algozes inexoravelmente cala-se ao meu clamor. Nesse instante, não sou mais Sara, mas Dandara.



Essa descrição me leva à cruel constatação – já há muito tempo demonstrada pela ANTRA (Associação Nacional de travestis e transexuais) – que estar travesti no Brasil significa ser 87% mais vulnerável que uma pessoa cisgênera³ andando na mesma rua e executando as mesmas ações. Dados FioCruz, ANTRA e IBTE mostram o que está latente.



A título de exemplificação, no ano de 2017,

³ CIS ou cisgênero, “são as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. [...] Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se

foram 185 casos documentados de pessoas trans e travestis assassinadas, sendo 65% profissionais do sexo e 42% declarados negros. Mas números de agressões trans são pontuados:



Que “impulso” é esse que autoriza a morte de outra pessoa? À procura dessa resposta, os movimentos das mulheres negras têm ensinado algumas lições que fazem buscar caminhos para uma resposta à minha pergunta. Aprendi que os dispositivos sociais cis³ hegemônicos de regulamentação dos comportamentos sociais quase sempre vão desenhando o que é abjeto e pouco humano. Daí o natural extermínio daquele que não se enquadra no frame de: homem branco, cristão, constituído com núcleo familiar supostamente monogâmico e moralista. Essa emolduração social que legitima e constrói o que seja abjeto, ou seja, tudo aquilo que foge desse padrão imposto deve ser mudado, transformado ou extirpado. Os algozes de Dandara, revestidos

identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans” (JESUS, 2012; p.10).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre a Mulher e a Mulheres do Nordeste

de ações legitimadas por essa posição idealizada de sociedade, se sentem autorizados a cometer ações de extermínio de corpos como o de Dandara. Contraditoriamente, nosso país, segundo os dados do IBGE, possui uma população com a maioria de mulheres, pardas, cristãs evangélicas com famílias compostas, em um grande número, por pessoas (avós, tios, casais homoafetivos) que assumem o papel de provedor da família bastante distante da idealização heteronormativa da sociedade brasileira. Por outro, recentemente, o site BuzzFeed⁴ nos informou que nosso país é o lugar onde mais ocorre acesso de conteúdo erótico em torno de travestis e transexuais. Esse dado parece contrastar com o número de assassinatos dessa população. A luta trans acessa migalhas na educação, mesmo após intensas lutas sociais e sofrimento evidenciado em qualquer texto acadêmico cisplacador⁵. Estamos em uma constante caminhada para reparação histórica por meio de conquistas como a criação das política de ações afirmativas, das políticas de cotas inclusivas e da lei à transfobia. São tímidos e pequenos passos que tentam trazer equidade ao sistema de meritocracia que se ampara numa competição desigual entre os cidadãos, na qual a cisheterossexualização, branquitude e núcleo familiar patriarcal como referencial, por

exemplo, obtém larga margem de vantagem em privilégios históricos e sociais.

Nas comissões de avaliação por cotas, desde a formação da banca à permanência deste grupo nos espaços escolares/acadêmicos, deveriam ser pensados. Tensionar questões trans/cis na/da/com a educação, é uma demanda ampla, desde acessar à educação básica com extensão aos bens intelectuais, culturais da sociedade e também acesso aos estudos que garantem o ingresso nas profissões liberais e tidas como de maior prestígio. Ao pensarmos em pessoa trans, um dos primeiros pontos que emerge é se de fato, atualmente esta pessoa vivencia "as dores e alegrias" de ser o que tem reivindicado. É possível que pessoas não trans acessem tais políticas, assim como o é, nas questões das cotas raciais. Quem pode cancelar uma auto identificação?

As políticas de ações afirmativas e cotas inclusivas visam promover a inclusão de populações politicamente restringidas e/ou à margem da sociedade. Cotas não se configuram benesse ou privilégio, nem são uma retificação de incapacidade intelectual, pelo contrário, são reparações que permitem a inclusão social de pessoas que não acessam as mesmas possibilidades sociais da maioria da população média, e que muitas vezes não

⁴ BuzzFeed é uma empresa norte-americana de mídia de notícias, que desde 2006 funciona como um laboratório viral e fonte de pesquisa na internet.

⁵ Ato de termos uma pessoas cisgênera, geralmente homem, explicando algo após uma explicação, detalhamento ou fala trans ou feminina.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

vivenciaram uma trajetória de vida e escolar da maioria política hegemônica.

Por fim, pensar o mundo que nos cerca é incluir possibilidades para que pessoas que se movimentam fora de um padrão estabelecido possam também vivenciar suas experiências sociais sem amarras. Desejo que o sistema que conhecemos seja cada vez menos (di)fere(nte)fóbico. Ao trazermos narrativas trans/travestis, nossas visões e pontos de apoio ratificam a inserção da luta contra-hegemônica, nos aproximando daquilo que Boaventura Santos chama de Epistemologias dos Sul e indo além, é uma tentativa de validação de histórias não narradas, em uma luta direta contra o que pode ser considerado um epistemicídio. O (Trans) epistemicídio no Brasil é eficaz desde o processo de colonização, ou seja, ele é dado de forma a criar uma invisibilidade, uma recusa a produção, história, vivências trans no/para/de conhecimento. A exposição de pessoas trans, nas histórias, nos eventos, nos fatos sociais, sempre perpassada por crimes e condições de relevo piadístico (ultrapassando o cômico, mas dispondo da humilhação e exposição de um grupo para o regalo de um outro distinto na camada social). Deste modo, observamos no cotidiano, mulheres travestis, sempre em situações jocosas ou nos eventos criminais. A representação da transfobia emerge ao negarmos que outras vidas, corpos e narrativas

sejam trazidas à produção intelectual. Invisibilizar outra forma da experiência humana faz se responsável por negar a capacidade -latu sensu- dos povos não brancos, não heteros, não cisnormativos, de produzir saber. Contar e recontar Dandara, enquanto expressão análoga, age nas brechas, no fazer de furos no muro.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. A Hipótese Repressiva
In: História da Sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio, 2013.
[https://www.researchgate.net/publication/281321251_](https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio)

[Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio](#)
acesso em: 5 agosto 2018.

POCAHY, F. A. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. REVISTA ÑANDUTY, v. 6, p. 9-22, 2018.

PESQUISA DIVAS: Diversidade e Valorização da Saúde. Estudo de abrangência nacional de comportamentos, atitudes, práticas e prevalência de HIV, Sífilis e Hepatites B e C entre travestis e mulheres trans”, Apresentação realizada em março de 2018.

Ao **CNPq** por me proporcionar enquanto mulher trans a possibilidade de ser assistida. Ao meu guia/guru Prof. Dr. Fernando Pocahy, por ser um grande mestre no processo educacional, no abrigar, caminhar e no fazer se ponte em tempos de muros.

Ao Prof. Dr. Danie de Jesus e sua incansável luta para tornar o Brasil um espaço conhecedor das trans-epistemologias.

Ao Prof. Dr. Sergio Baptista, por me lembrar sempre que é preciso resistir e sorrir.

Gratidão imensa ao grupo de pesquisa, o **GENI** e ao **ProPEd**, um lugar onde me sinto acolhida e respeitada.

*Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior, mulher travesti, pai, avó, dissidente, ateia, deficiente visual, Mestranda do GENI - Grupo de Estudos sobre Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades em Educação e(m) saúde. ProPEd – UERJ. Bolsista CNPq

Agradecimentos:

www.redor2018.sinteseeventos.com.br